

Declaração de rectificação n.º 208/2009

Por ter sido publicado com inexactidão o Aviso n.º 12254/2008 *Diário da República*, 2.ª série, n.º 78 de 21 de Abril de 2008), relativo à concessão da nacionalidade portuguesa, por naturalização, rectifica-se que onde se lê «17/03/1957» deve ler-se «17/03/1956».

20 de Janeiro de 2009. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Declaração de rectificação n.º 209/2009

Por ter sido publicado com inexactidão o Aviso n.º 12 225/2006 *Diário da República*, 2.ª série, n.º 223 de 20 de Novembro de 2006), relativo à concessão da nacionalidade portuguesa, por naturalização, rectifica-se que onde se lê: “Ilídio Joaquim Pires dos Santos” deve ler-se: “Ilídio Joaquim Pires Santos”.

20 de Janeiro de 2009. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Declaração de rectificação n.º 210/2009

Por ter sido publicado com inexactidão o Aviso n.º 14596/2008 *Diário da República*, 2.ª série, n.º 91 de 12 de Maio de 2008), relativo à concessão da nacionalidade portuguesa, por naturalização, rectifica-se que onde se lê: “Benguela” deve ler-se: “Bom Jesus”.

20 de Janeiro de 2009. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Declaração de rectificação n.º 211/2009

Por ter sido publicado com inexactidão o Aviso n.º 12245/2008, *Diário da República*, 2.ª série, n.º 78 de 21 de Abril de 2008), relativo à concessão da nacionalidade portuguesa, por naturalização, rectifica-se que onde se lê “Termo” deve ler-se: “Terno”.

20 de Janeiro de 2009. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Direcção-Geral da Administração da Justiça

Despacho (extracto) n.º 3255/2009

Por meu despacho de 17-12-08, por delegação de competências da Directora-Geral (*Diário da República*, 2.ª série, n.º 159, de 20-08-2007):

Cláudia Sofia Monteiro Ribeiro Gomes, técnica profissional de 1.ª classe do quadro de pessoal da Direcção-Geral da Política de Justiça, requisitada na Direcção-Geral da Administração da Justiça — transferida para idêntico lugar do quadro de pessoal da mesma Direcção-Geral, nos termos do art. 4.º da Lei n.º 53/06 de 07 de Dezembro.

22 de Dezembro de 2008. — O Subdirector-Geral, *João Calado Cabrita*.

Directoria Nacional da Polícia Judiciária

Despacho (extracto) n.º 3256/2009

Por despacho de 2009.01.13 do Director Nacional -Adjunto da Polícia Judiciária Dr. Pedro do Carmo:

Sandra Maria Ribeiro Marques Lafuente de Oliveira, inspectora de escalão 2 em licença sem vencimento por um ano — autorizado o regresso ao serviço em 01.02.2009.

(Não está sujeito a fiscalização prévia do Tribunal de Contas).

19 de Janeiro de 2009. — Pelo Director de Departamento de Recursos Humanos, *António Barbosa*.

MINISTÉRIO DO AMBIENTE, DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Gabinete do Ministro

Despacho n.º 3257/2009

Ao abrigo do disposto no n.º 4 do artigo 1.º dos Estatutos do Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade, I. P.,

aprovados pela Portaria n.º 530/2007, de 30 de Abril, determino o seguinte:

1 — Nomeio o licenciado Guilherme Cesário Lagido Domingos para exercer o cargo de director do Departamento de Gestão de Áreas Classificadas — Norte, cargo de direcção superior do 2.º grau.

2 — A presente nomeação fundamenta-se na experiência profissional do ora nomeado e na reconhecida aptidão do mesmo para o desempenho das funções inerentes ao respectivo cargo, tal como atesta, de resto, a respectiva nota curricular, que se publica em anexo ao presente despacho e do qual faz parte integrante.

3 — O presente despacho produz efeitos a partir 19 de Janeiro de 2009.

16 de Janeiro de 2009. — O Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, *Francisco Carlos da Graça Nunes Correia*.

Nota curricular

Natural de Vila Praia de Âncora.

Data de nascimento — 15 de Julho de 1953.

A) Formação e cursos:

Licenciatura em Economia no Instituto Superior de Economia (ISE) da Universidade Técnica de Lisboa (UTL), 1976;

Curso de correspondentes de informática, organizado pela Direcção-Geral da Organização Administrativa, 1977;

Estágio da OCDE, em Paris, no STISI, subordinado ao tema «Tratamento da informação estatística e informática», 1978;

Frequência da pós-graduação em Teoria da Decisão, ISE, 1979;

Estágio da OCDE, em Estocolmo, no DAFA, SAFAD e NAB, subordinado ao tema «Coordenação da informática», 1980;

Curso de Auditor de Defesa Nacional, 2002-2003.

B) Actividade docente:

Docente do Instituto Superior de Economia da UTL, de 1975 a 1987;

Docente da Escola de Economia e Gestão da Universidade do Minho, de 1988 a 1990, tendo leccionado as cadeiras de Econometria e Métodos de Previsão;

Docente da Escola Superior de Tecnologia e Gestão do Instituto Politécnico de Viana do Castelo, de 1992 a 1996, tendo leccionado a cadeira de Estatística;

Monitor de acções de formação profissional, no domínio da estatística e do planeamento, no Instituto de Informática do Ministério das Finanças, no Instituto Nacional de Administração e no Ministério da Reforma Administrativa.

C) Actividade profissional:

Técnico do Departamento de Informática da Direcção-Geral da Organização Administrativa, de 1977 a 1981;

Técnico do Instituto Financeiro de Apoio ao Desenvolvimento da Agricultura e Pescas (IFADAP), de 1981 a 1987;

Director regional do IFADAP em Entre Douro e Minho, de 1987 a 1992;

Administrador do IFADAP, de 1992 a 1996;

Director-coordenador do IFADAP, de 1998 a 2002;

Director regional do IFADAP em Entre Douro e Minho, a partir de 2002.

D) Outras actividades:

Participação, activa, em projectos relevantes, de que se pode destacar:

Base de dados das ajudas ao investimento, 1994 e 1995;

Elaboração do ficheiro vitivinícola do Douro, 1997;

Reconversão da vinha em Castelo de Paiva, projecto pioneiro de investimento em fileira, 1999;

Participação em vários seminários e congressos sobre economia, informática, agricultura e desenvolvimento rural e pescas;

Colaboração, com vários artigos publicados, na imprensa regional sobre temas de estratégia de desenvolvimento regional.

Despacho n.º 3258/2009

O Decreto-Lei n.º 312/2007, de 17 de Setembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 74/2008, de 22 de Abril, e a Resolução do Conselho de Ministros n.º 25/2008, de 13 de Fevereiro, respectivamente, definiu o modelo de governação do Quadro de Referência Estratégico Nacional 2007-2013 (QREN) e criou as estruturas de missão dos respectivos programas operacionais.